



CONSTRUÍDA POR DONOS, MOVIDA POR PESSOAS!  
ADM 2025-2028  
CNPJ 18.449.173/0001-57

# PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

## ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº .... /2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº .. /2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº .. /2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ..... /....., QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE  
COMENDADOR GOMES/MG E

.....

O MUNICÍPIO DE COMENDADOR GOMES, com sede na Praça Manoel Bertoldo Silva, 31 – Bairro Centro, na cidade de Comendador Gomes/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.449.173/0001-57, neste ato representado pelo Prefeito, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ...., brasileiro, casado, portador da cédula de identidade sob o nº \*\*\*\*/\*\*\*\* residente e domiciliado nesta cidade de Comendador Gomes/MG, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo supramencionado e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do objeto abaixo mencionado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O presente contrato tem por objeto a **aquisição parcelada de materiais de expediente e acessórios** destinados ao atendimento e bem-estar dos animais em situação de rua do Município de Comendador Gomes/MG, por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e na proposta vencedora.

1.2. A execução do objeto ocorrerá conforme as condições estabelecidas no **Termo de Referência**, no **Edital de Licitação**, neste instrumento contratual e na proposta vencedora da contratada.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- Termo de Referência e seus anexos;
- Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos;
- proposta vencedora da licitante.
- O objeto será executado **sob demanda**, mediante emissão de Autorização de Fornecimento (AF) pelas Secretarias requisitantes.

1.4. O objeto deverá ser executado em conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade, exigências sanitárias e condições operacionais previstas no Termo de Referência, sendo vedada a alteração de suas características essenciais sem a formalização de termo aditivo nos termos da legislação vigente.

1.5. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.5.1. O Termo de Referência;
- 1.5.2. O Edital da Licitação;
- 1.5.3. Ata de Registro de Preços;
- 1.5.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000**





CONSTRUIDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!  
ADM 2025-2028  
CNPJ 18.449.173/0001-57

# PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze meses) contados do(a) assinatura deste termo pelo prorrogável por igual período, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado nos autos que a forma de execução do fornecimento tem natureza continuada e que os preços permanecem vantajosos para a Administração;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os fornecimentos foram realizados regularmente e com qualidade;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. Os materiais de expediente deverão ser fornecidos parceladamente, conforme a necessidade de cada Secretaria requisitante, mediante emissão de Autorização de Fornecimento (AF) pelo setor de compras, encaminhada à contratada por e-mail.

3.2. Após o recebimento da Autorização de Fornecimento, a contratada deverá providenciar a **entrega dos produtos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, no endereço: Centro Administrativo Eloi Santana, Praça Manoel Bertoldo Silva, nº 31, Comendador Gomes/MG, de segunda-feira a sexta-feira, das 07h00 às 16h00, acompanhados de Nota Fiscal Eletrônica.

3.3. A instituição deverá realizar **verificação das condições dos produtos entregues e lavratura do Recebimento Provisório**. O Recebimento Definitivo ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após o Recebimento Provisório, após verificação da conformidade com as especificações do Termo de Referência, com lavratura do respectivo Termo de Recebimento Definitivo.

3.4. Os materiais que não estiverem em conformidade com as especificações serão rejeitados mediante Termo de Recusa, devendo a contratada providenciar a substituição em até 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a Administração. São deveres da contratada durante a execução:

- I – entregar os produtos nos prazos, quantidades e especificações técnicas acordadas;
- II – garantir que os materiais sejam entregues em perfeitas condições de uso, em embalagens originais, íntegras e devidamente identificadas, em conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- III – responsabilizar-se por todos os custos de transporte, frete, carga e descarga;
- IV – manter, durante toda a vigência, as condições de habilitação exigidas na licitação.





CONSTRUÍDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!  
ADM 2025-2028  
CNPJ 16.449.573/0001-57

# PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

3.5. A instituição contratada deverá manter **acompanhamento da conformidade dos produtos fornecidos com as especificações contratuais**, bem como disponibilizar relatórios periódicos à Secretaria Municipal sempre que solicitado.

3.6. O encaminhamento dos documentos para pagamento deverá ser precedido do **atesto do Recebimento Definitivo pelo fiscal designado**, com lavratura do respectivo Termo e encaminhamento da documentação ao setor financeiro.

3.7. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133/2021**, cabendo ao fiscal:

I – verificar a conformidade dos produtos fornecidos com as especificações do Termo de Referência;

II – atestar o recebimento definitivo nas Notas Fiscais apresentadas;

III – registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;

IV – solicitar a substituição de produtos que não atendam às especificações contratuais.

3.8. A contratada deverá **permitir livre acesso da Administração às suas instalações para fins de fiscalização**, bem como prestar todas as informações solicitadas pelos fiscais do contrato.

3.9. Eventuais falhas, irregularidades ou descumprimento das condições contratuais deverão ser sanadas pela contratada no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.

3.10. A Administração não está obrigada a adquirir os quantitativos totais estimados, realizando as compras conforme a demanda real, por meio de Autorizações de Fornecimento, nos termos do art. 82, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

3.11. **Eventuais falhas ou descumprimento das condições contratuais deverão ser sanadas pela contratada no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento e na Lei nº 14.133/2021.**

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor estimado do presente contrato corresponde ao montante de R\$..... (.....), considerando o valor unitário de ..... conforme quantitativos e preços unitários constantes na tabela deste contrato e no Termo de Referência.

Item	Descrição do Item	Qtd	Und	Valor Unitário	Valor Global

5.2. Os valores unitários registrados incluem todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento, incluindo frete, embalagem, tributos e encargos, não gerando este contrato obrigação de aquisição da totalidade dos quantitativos estimados.

5.3. O valor global indicado possui caráter estimativo, não constituindo obrigação de aquisição mínima por parte da Administração, uma vez que as compras serão realizadas de forma parcelada, conforme a demanda real das Secretarias Municipais requisitantes, nos termos do art. 82, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

5.4. O pagamento será devido exclusivamente pelos fornecimentos efetivamente realizados e devidamente comprovados, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica e ateste do fiscal do contrato.

5.5. Nos valores contratados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento do objeto, incluindo despesas com transporte, frete, carga, descarga, embalagem,





CONSTRUÍDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!  
ADM 2025-2028  
CNPJ 18.449.173/0001-97

# PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

encargos comerciais, tributários, previdenciários e quaisquer outros custos inerentes ao fornecimento de materiais de expediente.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O pagamento será efetuado pela Administração em até **10 (dez) dias úteis**, contados da liquidação da despesa, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando o recebimento definitivo dos produtos.

6.2. O pagamento será efetuado pela Administração em até 10 (dez) dias úteis, contados da liquidação da despesa, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando o recebimento definitivo dos produtos.

6.3. A liquidação da despesa ocorrerá após a verificação do cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto à conformidade dos produtos fornecidos com as especificações previstas no Termo de Referência, no edital e neste contrato.

6.4. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar documentação comprobatória dos fornecimentos realizados, incluindo obrigatoriamente:

I – referência ao número da Autorização de Fornecimento correspondente;

II – discriminação dos itens fornecidos, com quantidades e valores unitários;

III – data de entrega e local de recebimento dos produtos;

IV – demais documentos ou relatórios que venham a ser solicitados pela fiscalização do contrato.

6.5. Para recebimento do pagamento, a contratada deverá manter regularidade fiscal e trabalhista durante toda a execução contratual, podendo a Administração verificar a situação por meio dos sistemas oficiais de consulta.

6.6. Os pagamentos observarão a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações, conforme previsto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

6.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, inconsistência nos dados ou descumprimento de obrigação contratual, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.

6.8. Sobre os valores devidos poderão incidir retenções tributárias previstas na legislação vigente.

6.9. É vedado o pagamento antecipado, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei e devidamente justificadas pela autoridade competente.

6.10. O pagamento será realizado exclusivamente pelos fornecimentos efetivamente executados, não gerando este contrato obrigação de aquisição mínima por parte da Administração, uma vez que os pedidos ocorrerão conforme a demanda real.

6.11. Demais condições estarão previstas no Termo de Referência.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE DOS PREÇOS**

7.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis durante o período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado pela Administração, conforme previsto no edital e no Termo de Referência.

7.2. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observado o disposto na legislação vigente.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data de produção dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

7.4. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, dispensada a celebração de termo aditivo.

7.5. Não se confunde reajuste com reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, hipótese em que a contratada poderá solicitar revisão dos valores contratados, nos termos do art. 124, inciso II,





CONSTRUIDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!  
ADM 2025-2028  
CNPJ 18.449.173/0001-57

# PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que impacte diretamente os custos da contratação.

7.6. Na hipótese de extinção ou impossibilidade de utilização do índice previsto, será adotado outro índice oficial que venha a substituí-lo, mediante formalização administrativa.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Emitir Autorizações de Fornecimento (AF) sempre que necessitar dos produtos registrados, encaminhando-as por e-mail à contratada.

8.3. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos produtos, nos prazos e condições estabelecidos neste contrato.

8.4. Designar servidor(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.5. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições ou falhas verificadas nos produtos fornecidos, para fins de substituição.

8.6. Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais, assegurando contraditório e ampla defesa.

8.7. Efetuar o pagamento à contratada nos prazos e condições estabelecidos neste instrumento.

8.8. Responder eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por danos causados a terceiros por atos da contratada, seus empregados ou prepostos.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações decorrentes da execução do objeto, assumindo os riscos e custos inerentes ao fornecimento dos produtos, observando, no mínimo, as seguintes condições:

9.2. Entregar os produtos nos prazos estipulados neste contrato, respondendo pelos prejuízos decorrentes de atraso injustificado.

9.3. Responsabilizar-se por todos os custos de transporte, frete, carga, descarga e seguros durante a entrega, sem ônus para a Administração.

9.4. Responsabilizar-se por todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais incidentes sobre o fornecimento.

9.5. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.6. Garantir que todos os materiais atendam às normas técnicas aplicáveis (ABNT) e às especificações previstas no Termo de Referência, entregando produtos originais de fabricante idôneo, vedado o fornecimento de itens falsificados, adulterados ou reconicionados.

9.7. Substituir, no prazo de 02 (dois) dias úteis, os produtos rejeitados por não conformidade com as especificações contratuais.

9.8. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente alvarás de funcionamento e registros junto aos órgãos competentes.

9.9. Não transferir a terceiros as obrigações assumidas, total ou parcialmente, sem prévia e expressa autorização da Administração.

9.10. Comunicar imediatamente ao Fiscal do Contrato qualquer indisponibilidade de produto ou circunstância que possa comprometer o fornecimento.



9.11. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua atuação ou de seus empregados durante a execução dos fornecimentos.

9.12.

9.13.

9.14. Atender prontamente às determinações da Administração e às orientações do fiscal do contrato, adotando as medidas corretivas necessárias para sanar eventuais irregularidades verificadas no fornecimento dos produtos.

9.15. A contratada deverá cumprir as normas ambientais aplicáveis ao descarte de embalagens e resíduos sólidos gerados pelo fornecimento dos materiais de expediente, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos). Adicionalmente, a contratada deverá comunicar formalmente à Secretaria requisitante, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, imediatamente, quaisquer irregularidades ou impedimentos que possam comprometer o fornecimento dos produtos.

I – **indisponibilidade de produto em estoque que impossibilite o cumprimento integral da Autorização de Fornecimento**; indisponibilidade de produto em estoque que impossibilite o cumprimento da Autorização de Fornecimento;

II – **óbito** ocorrido durante o período de internação;

III – **constatação de material com falsificação, adulteração ou desconformidade com as especificações técnicas contratadas**, com indicação das providências imediatas adotadas;

IV – **qualquer descumprimento das obrigações assumidas, com indicação das medidas corretivas adotadas**.

9.16. A comunicação deverá ser realizada por meio formal, acompanhada de **comunicação por escrito, com indicação das providências adotadas para sanar a irregularidade ou indisponibilidade reportada**.

9.17. O descumprimento da obrigação de comunicação dentro do prazo estabelecido poderá caracterizar **falha na execução contratual**, sujeitando a instituição às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no instrumento contratual.

9.18. Demais obrigações estão previstas no Termo de Referência e Edital.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.3. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.9. Fraudar a licitação

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.10.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.10.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.10.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.





CONSTRUÍDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!  
ADM 2025-2028  
CNPJ 18.449.173/0001-87

# PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será aplicada conforme a gravidade da infração cometida, podendo variar de **0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento)** sobre o valor estimado do contrato ou da parcela correspondente ao serviço afetado, devendo ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, contados da comunicação oficial da penalidade.

10.4.1. Multa leve – de 0,5% a 5% do valor contratual, aplicada nos casos de:

- a) atraso injustificado na entrega dos produtos solicitados pela Autorização de Fornecimento;
- b) entrega de produtos em embalagens danificadas ou sem a documentação fiscal exigida;
- c) descumprimento de orientações administrativas ou determinações formais da fiscalização do contrato;
- d) falhas administrativas que não comprometam diretamente a qualidade ou segurança dos produtos.

10.4.2. Multa média – de 5% a 15% do valor contratual, aplicada nos casos de:

- a) recusa injustificada no cumprimento de Autorização de Fornecimento emitida pela Administração;
- b) fornecimento de produtos em desacordo com as especificações técnicas do Termo de Referência;
- c) descumprimento do prazo de substituição de produtos rejeitados por não conformidade;
- d) falhas nas condições de higiene, limpeza ou organização das instalações;
- e) fornecimento de produtos com prazo de validade inferior ao exigido no contrato;
- f) descumprimento reiterado das obrigações contratuais acessórias.

10.4.3. Multa grave – de 15% a 30% do valor contratual, aplicada nos casos de:

- a) constatação de **fornecimento de produtos falsificados, adulterados ou sem o registro sanitário exigido**;
- b) manutenção de **condições sanitárias inadequadas ou insalubres** nas instalações da instituição;
- c) fraude na execução contratual ou apresentação de documentação falsa;
- d) fraude na execução contratual ou apresentação de documentação falsa;
- e) impedimento ou obstrução da fiscalização realizada pela Administração;
- f) reincidência em infrações já penalizadas anteriormente.

10.4.4. A aplicação da multa não impede a aplicação cumulativa de outras sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, tais como **advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade**, conforme a gravidade da infração.

10.4.5. Caso a contratada não efetue o recolhimento da multa no prazo estabelecido, o valor poderá ser:



- I – desconto de créditos eventualmente devidos pela Administração;
- II – inscrito em dívida ativa, quando cabível;
- III – cobrado administrativamente ou judicialmente.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.2.1 e seguintes, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens deste instrumento, bem como pelas infrações administrativas previstas e que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por COMISSÃO composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobre venha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.16. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

10.16.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.





CONSTRUÍDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!  
ADM 2025-2028  
CNPJ 18.449.173/0001-57

# PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

10.16.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

10.17. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.17.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.17.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.17.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.18. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

10.18.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.18.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.18.3. Indenizações e multas.

10.19. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.20. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

10.21. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

10.22. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

10.23. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.24. As demais condições e previsões previstas no Termo de Referência vinculam-se a este instrumento.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação a seguir discriminada:

**Ficha: .. – Fonte 1500 (Município).**

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ou termo aditivo simplificado

12.3. Demais dotações e fontes poderão ser modificadas e ou incluídas decorrentes do interesse público do Município

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal de Transparência, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO (art. 92, §1º)**

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Frutal/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Comendador Gomes/MG, ... de ..... de 2026

MUNICÍPIO DE COMENDADOR GOMES/MG	CONTRATADA
----------------------------------	------------

TESTEMUNHAS:

1-

2-